



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATO Nº 8/CSJT.GP.SE, DE 16 DE JANEIRO DE 2009

Seção I: Execução Orçamentária e Financeira

Quadro de Detalhamento por Programa

Programa de Trabalho	Especificação do Programa	Orçamento Atualizado	Despesa Liquidada	%	Despesa Paga	%
		A	B	B/A	C	C/A
02061057142240027	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES - NO ESTADO DE ALAGOAS	449.401,00	269.331,73	59,9	269.331,73	59,9
02061057142560001	APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO - NACIONAL	14.082.378,00	4.295.927,43	30,5	4.272.965,47	30,3
02122057109HB0027	CONTRIBUIÇÃO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS - NO ESTADO DE ALAGOAS	15.551.036,00	7.557.451,17	48,6	7.557.451,17	48,6
0212205711B480101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA APOIO AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO EM MACEIÓ - AL - NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ - AL	-	-	0,0	-	0,0
0212205711H320101	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM PORTO CALVO - AL - NO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO - AL	-	-	0,0	-	0,0
0212205711N020101	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE MACEIÓ - AL - NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ - AL	4.400.000,00	-	0,0	-	0,0
0212205711P660001	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - NACIONAL	-	-	0,0	-	0,0
02122057120TP0001	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO - NACIONAL	89.153.449,00	49.580.881,51	55,6	49.580.881,51	55,6
0212205717Q690056	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE FÓRUMS TRABALHISTAS - NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL	-	-	0,0	-	0,0
0212605712C730001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) - NACIONAL	-	-	0,0	-	0,0
02126057150930001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) - NACIONAL	515.711,88	47.216,93	9,2	47.216,93	9,2
02128057140910001	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - NACIONAL	462.500,00	101.612,95	22,0	101.612,95	22,0
02131057125490001	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL - NACIONAL	200.000,00	9.820,80	4,9	9.820,80	4,9
02301057120040001	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	1.782.396,00	951.656,03	53,4	951.656,03	53,4
02306057120120001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	4.686.000,00	2.655.881,89	56,7	2.655.881,89	56,7
02331057120110001	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	217.599,00	92.029,72	42,3	92.029,72	42,3
02365057120100001	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	860.350,00	467.860,55	54,4	467.860,55	54,4
09272008901810001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	10.038.956,00	6.097.854,83	60,7	6.097.854,83	60,7
28846090100050001	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) - NACIONAL	63.488.379,00	60.876.436,88	95,9	60.876.436,88	95,9
28846090100050027	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) - NO ESTADO DE ALAGOAS	102.581,00	98.361,22	95,9	98.361,22	95,9
28846090106250001	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR - NACIONAL	100.000,00	62.753,62	62,8	51.610,56	51,6
TOTAL		206.090.736,88	133.165.077,26	64,615	133.130.972,2	64,598

EXERCÍCIO: 2012

BIMESTRE: TERCEIRO

PUBLICAÇÃO 16/07/2012

Restos a Pagar	
Liquidado	Pago
1.280,00	581,76
25.019,87	1.046.548,62
-	-
3.461,93	-
281,17	-
-	625.115,97
780,36	262.936,84
-	-
-	286.815,94
-	10.548,60
-	62.255,88
-	6.876,88
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
30.823,33	2301680,49



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Fonte: SIAFI;

Esta planilha registra valores acumulados;

LDO/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias: Lei 12.465, de 12 de agosto de 2011;

LOA/2012 - Lei Orçamentaria Anual: Lei 12.595, de 19 de janeiro de 2012;

NOTAS:

Orçamento Atualizado: Considera os recursos consignados por Programa de Trabalho na Lei Orçamentária Anual bem como em Créditos Adicionais;

Despesa Liquidada: A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito;

Despesa Paga: A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado, após sua regular liquidação;

Restos a Pagar: Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro. O registro far-se-á por exercício e por credor distinguindo-se as despesas processadas das não processadas. Entendem-se por processadas e não processadas, respectivamente, as despesas liquidadas e as não liquidadas.